LA ESPADA

AGOSTO/2020
EDIÇÃO 25

REVISTA DO OBSERVATÓRIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA DO SUL - UNILA

SEMPRE RELER FURTADO

O "demiurgo do Brasil" deixou chaves teóricas para compreender e superar a dinâmica do subdesenvolvimento

EUA VS. AMÉRICA LATINA

As relações dos países da região com a maior potência são fundamentais para interpretar as conexões intra-regionais

LA LLEGADA DEL DRAGÓN

Se presenta excepcional oportunidad para balancear el poder con Estados Unidos y negociar mejores términos

EDITORIAL

EXPEDIENTE

Corpo Editorial: Cristina Fróes de Borja Reis (Universidade Federal do ABC -UFABC), Daniela Andréia Schlogel (doutoranda Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP), Fábio Borges (Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Félix Pablo Friggeri (UNILA), Katiuska King Mantilla (Universidad Central del Ecuador -UCE), Lucas Kerr Oliveira (UNILA), Mônica Saiz (Fundación Emancipación -Venezuela), Silvina Irusta (Universidad Nacional de Villa María -UNVM), Sofia Escobar Samurio (doutoranda Universidade Nacional de Brasília -UnB) e Wolney Roberto Carvalho (em memória) (UNILA)

Edição: Luciano Wexell Severo - Coordenador (UNILA), Camila Caresia Wexell Severo (UNILA) e Carla Paulino da Costa Feres (UNILA)

Contato: obiesur@gmail.com

Capa: Leonilda González (Uruguai). Pareja en el balcón, 1972.

Endereço:
Parque Tecnológico Itaipu (PTI). Av. Tancredo Neves, 6731. Bloco 4, Espaço 2, Sala 13. CEP: 85867-900 - Foz do Iguaçu-PR-Brasil

La situación de América Latina es compleja desde 2014. Se consolidan las crisis económica, política y social. Debido a las acciones de gobiernos liberales y entreguistas, se fortalece una tendencia de fragmentación política y de desintegración económica. Desde antes de la pandemia, las estadísticas ya demostraban malos resultados y propensiones negativas.

Como si no bastara, la Covid-19 avanza y promueve la reducción de las oportunidades de empleo, la disminución del poder de compra del salario, la concentración de la riqueza y la ampliación de las fuerzas de control y represión. El número de fallecidos, según datos oficiales, supera los 200.000 en América Latina; casi 100.000 en Brasil. Dicho desastre expone la perversidad de las realidades latinoamericanas, el colapso de sus estructuras de protección social y la necesidad urgente de encontrar salidas reales, populares y democratizantes.

Aunque naufragados en ese cuadro desalentador, parimos la edición 25 de **La Espada**. El presente número reúne nueve ensayos de doce autores, oriundos de Argentina, Brasil y Ecuador. Algunos son docentes universitarios o profesionales con experiencia en la ejecución y seguimiento de políticas públicas, en ministerios, institutos de investigación o órganos del Estado. Otros son investigadores de grado o postgrado, que asumen el encantador desafío de reforzar una nueva generación de latinoamericanistas comprometidos con procesos de integración emancipadores.

Los dos primeros textos son de la sección de Coyuntura. Uno se trata de un bello homenaje a los 100 años de nacimiento del economista estructuralista brasileño Celso Furtado; otro presenta las recientes medidas de ajuste económico adoptadas por el gobierno de Ecuador y sus presumibles secuelas.

En la sección de Integración, hay cuatro trabajos. Los dos primeros abordan asuntos semejantes: las tradicionales relaciones entre América Latina y Estados Unidos y las actuales articulaciones de la región con China, respectivamente. Además, hay dos textos que presentan temas relacionados con la Integración en el área de la Salud. El primero, sobre el Consejo Suramericano de Salud (CSS) y el Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS); el segundo, acerca de las acciones de enfrentamiento a la pandemia en el ámbito del Mercosur y sus estructuras.

Sobre la Integración Financiera, se publica un insinuante trabajo sobre las actuales relaciones monetarias internacionales así como los espacios de cooperación para robustecer una arquitectura financiera regional. Finalmente, en la sección de Integración de Infraestructura, hay dos textos. Uno esboza un análisis crítico de los posibles impactos socioeconómicos del llamado Corredor Bioceánico Central sobre algunas provincias argentinas; otro expone consideraciones sobre la articulación interna del Gran Chaco Americano y sus vínculos comerciales con China, por medio de dos corredores bioceánicos.

Deseamos a todos que, pese a la pandemia, tengan una buena lectura.

ÍNDICE

CONJUNTURA

PARA SEMPRE RELER FURTADO 04
ANDRÉ CALIXTRE E DANIELA FREDDO

ECUADOR: AJUSTE ESTRUCTURAL 06
KATIUSKA KING

INTEGRAÇÃO

EUA VERSUS AMÉRICA LATINA 08
RENATA PEIXOTO DE OLIVEIRA

CHINA: LA LLEGADA DEL DRAGÓN 10
MARÍA JOSÉ HARO SLY

CONSEJO SURAMERICANO 12
FÁBIO BORGES

INTEGR(AÇÃO) NECESSÁRIA 14
LETÍCIA DINIZ E ASTRID YANET AGUILERA CAZALBÓN

INTEGRAÇÃO FINANCEIRA

JERARQUÍA MONETARIA 16
TAMARA SOLANGE AVALOS Y MARIANO BONILLA

INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

BIOCEANICO CENTRAL 18
SILVINA IRUSTA

INTEGRAÇÃO NO GRAN CHACO 20
CARLA PAULINO DA COSTA FERES

PARA SEMPRE RELER FURTADO

Breves notas sobre o "demiurgo do Brasil"

André Calixtre* e Daniela Freddo**

Celso Furtado (1920-2004) construiu as bases de uma Economia Política da mudança estrutural. Esta "Nova Economia Política" está relacionada ao conceito ampliado de Excedente, cujo tratamento da acumulação como fluxo (investimento) é indissociado de seus impactos nos modos de vida por meio da alteração da relação produto-capital. Quando este impacto se traduz em desenvolvimento das camadas populares da sociedade, as mudanças no modo de vida amplificam o conflito distributivo entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que a redução de desigualdade pessoal da renda faz crescer a necessidade de avançar no mercado interno de consumo de massas, proveniente dos aumentos nas bases da renda formada pelos salários. Esse é, objetivamente, o mecanismo da "homogeneização", fundamental à construção teórica do pensamento de Furtado, e cujo conceito confunde-se com a concepção do autor sobre a Teoria do Desenvolvimento. Seja pelo pioneirismo em estabelecer uma escola genuinamente nacional de pensamento econômico, seja pela radicalidade teórica com que abordava o debate com os clássicos da Economia Política do mundo desenvolvido, a obra furtadiana é parte relevante de qualquer interpretação séria sobre o Brasil.

A visão de Furtado esteve sempre permeada pelas contradições entre o avanço da acumulação capitalista e a possibilidade de desenvolvimento, ou seja, a dinâmica geradora de desigualdades do capitalismo e a produção de uma sociedade mais homogênea pelo desenvolvimentismo. A incorporação de formas modernas de consumo sem estruturas modernas de produção consiste na essência conceitual do subdesenvolvimento, cuja contradição entre acumulação e desenvolvimento assume figura trágica, e não é por menos que a obra furtadiana caminhou da organização ao desfazimento da fantasia. A potência desta contradição fez de Furtado um foco do debate econômico desde fins da década de 1950, tanto com afirmações quanto refutações de seus postulados teóricos e análises empíricas. O conceito de subdesenvolvimento é vivo e ambivalente em Furtado, pois, a depender da relação entre a dinâmica do crescimento econômico (relação produto-capital) e as mudanças no conflito distributivo, o movimento combinado entre distribuição funcional e pessoal da renda ativa as forças defensivas do subdesenvolvimento, cujos grupos ligados às rendas do capital operam para bloquear o desenvolvimento e retornar a distribuição funcional ao ponto anterior à estratégia de ruptura do passado. Essa relação dá-se interna e externamente ao país, por meio de expansões sincrônicas (efeito extensivos do processo de mudança) e diacrônicas (efeitos intensivos do processo de mudança) do progresso técnico desigual e combinado do capitalismo.

A dinâmica própria do subdesenvolvimento levaria a períodos de desconcentração e reconcentração da renda, para que haja ajuste da demanda do mercado às novas características da etapa de expansão. Outra contradição deste duplo processo é o que ocorre com a mão-de-obra, pois, conforme se alteraram os centros dinâmicos das estruturas produtivas, há uma expulsão da mão-de-obra em alguns setores, e sua atração em outros. A dinâmica da incorporação da mão-de-obra depende da "forma" como o excedente é utilizado na esfera produtiva. O aumento do excedente implica expulsão de parte da mão-de-obra do processo racionalizador no centro da acumulação, e a heterogeneidade do sistema é agravada, então, pela informalização de parte da população trabalhadora integrada.

No mundo subdesenvolvido, o caminho da industrialização eleva o nível da modernização e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade devido aos "reflexos negativos na produtividade industrial". As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e modernizadora levaria a economia a um nível "sub-ótimo" de bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração. Como a periferia é incapaz de incorporar, de imediato, a estrutura produtiva do centro, esta viabiliza sua inserção no sistema pelo consumo dos produtos de alta intensidade de capital, concentrando-o nos grupos dominantes da sociedade. O acesso concentrador da periferia ao sistema-mundo foi denominado por Furtado como modernização dos padrões de consumo. Este talvez seja um dos motivos que explica o apelo que Furtado possui em disciplinas mais estruturantes que a economia, como é o caso dasRelações Internacionais e da Geografia.

Essa grande abordagem Furtado nomeou de método "histórico-estrutural", emprestando a referência do estruturalismo francês, fenômeno teórico que embarcou na economia por meio de François Perroux (Sorbonne), em especial pelos conceitos de dominação econômica entre países e a análise do sistema econômico no espaço e no tempo. Recentemente, o professor da Universidade de Brasília, Mauro Boianovsky, estudou a relação entre Perroux e Celso Furtado durante a formação doutoral deste na Sorbonne entre os anos de 1946 e 1948. Furtado levará consigo as teses seminais de Perroux para sua interpretação do histórico-estruturalismo, do mesmo modo que estas ideias influenciarão decisivamente a constituição intelectual da CEPAL, especialmente nos debates sobre a natureza estrutural da inflação nos anos 1960.

Trazendo para tempos atuais essa proposta conceitual de Furtado sobre o desenvolvimento econômico, é possível observar como a sociedade brasileira é extremamente avessa a mudanças estruturais e que, a despeito do grande período compreendido pelo nacional-desenvolvimentismo iniciado em 1930 até a Nova República dos dias atuais, somente em dois breves momentos houve crescimento da acumulação acompanhada de homogeneização social: o Período Democrático da Era Trabalhista, especialmente entre 1951 e o começo de 1964, e os Governos Lula e Dilma da Nova República (2003-2016). São dois tempos em que o Brasil realmente se arriscou na transformação estrutural de sua economia interna e sua relação com o Mundo; períodos curtos de um pouco mais de uma década que foram prosseguidos por outros longos de retrocesso no conflito distributivo. Pouco mais de uma década de trabalhismo democrático e política externa independente gerou as condições do Golpe Militar de 1964; pouco mais de uma década de lulismo altivo e ativo gerou as condições para sua interrupção parlamentar de 2016, um golpe, desta vez, sem os militares. O grande professor Francisco de Oliveira cunhou o termo "demiurgo do Brasil" a Furtado, esperando um marco mitológico da nossa formação nacional. O demiurgo, assim como a nação, viveu uma vida intensa de fazimento e desfazimento da fantasia do desenvolvimento, deixou uma obra inacabada e, nela, inúmeras chaves teóricas para compreender e superar a intrínseca dinâmica do subdesenvolvimento.

***Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**
****Professora-adjunta do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)**

ECUADOR: AJUSTE ESTRUCTURAL

Derechos a los evasores, gasto tributario, recortes y deuda

Katiuska King*

El recorte a la educación es parte de los compromisos establecidos en marzo de 2019 a través del Acuerdo de Servicio Ampliado con el Fondo Monetario Internacional (FMI), en lo que en economía se conoce como políticas de ajuste estructural.

En los últimos años ha habido una campaña de desprestigio y menoscabo a lo público, que lo responsabiliza de todos los males de la economía ecuatoriana. Esto ha hecho que el mencionado Acuerdo con el FMI parta de un diagnóstico sesgado con énfasis en lo fiscal.

Esta campaña y los diagnósticos tanto del FMI como de ciertos analistas económicos y líderes de gremios empresariales han provocado que se asocie lo público con algo deshonesto, excesivo, obeso y, por tanto, innecesario y con necesidad de ser reducido, particular que no puede ser generalizado.

El debilitamiento no solo ha quedado en los discursos, pues en la práctica, se le han restado recursos públicos al Estado a través de lo que se denomina como "gasto tributario", tanto en la Ley Orgánica para el Fomento Productivo, Atracción de Inversiones, Generación de Empleo y Estabilidad y Equilibrio Fiscal (2018) como en la Ley Orgánica de Simplificación y Progresividad Tributaria (2019).

El gasto tributario se refiere a aquellos ingresos tributarios que el Estado deja de recibir vía incentivos o beneficios al sector privado y que le restan recursos al Erario público. En el caso de la Ley para el Fomento Productivo estas pérdidas equivalieron al 1,2% del PIB según datos del mismo FMI.

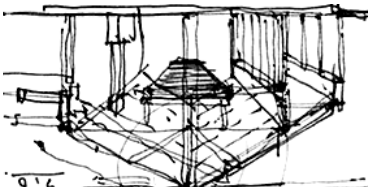
Es preciso anotar que el déficit fiscal ocurre por un aumento de los gastos pero también por una reducción de los ingresos, que en el relato o lectura económica de la situación ecuatoriana que realiza el gobierno y ciertos analistas hace aparecer a los tributos como una traba para el sector privado.

Además, en la mencionada Ley Orgánica de Simplificación y Progresividad Tributaria (diciembre de 2019) se confundieron sectores estratégicos con deberes del Estado, con una clara intención de debilitar la salud y la educación públicas. En esa ocasión, en el artículo 10, dieron paso a la privatización de los derechos al establecer como sectores estratégicos la construcción de infraestructura hospitalaria (hospitales privados) y los servicios educativos (educación privada).

Los sectores estratégicos son aquellos que deben ser impulsados para cambiar la matriz productiva del país y es evidente que la salud y educación son derechos de todos y son deberes inexcusables del Estado de igual jerarquía, tal como lo establecen los artículos 26, 32 y 165 de la Constitución del Ecuador. Se configura, por tanto, una evidente estrategia de privatizar la educación y la salud al considerarlos como sectores a impulsar por parte del sector privado, con el agravante de que se beneficiarían del no pago del impuesto a la renta.

En la Ley de Simplicidad y Progresividad Tributaria también se incluyeron derechos a los evasores. Estos derechos de los contribuyentes debilitan las capacidades de la Administración Tributaria en la determinación de diferencias que permitan el control de la evasión. Se aprobó, por ejemplo, que el contribuyente pueda tener acceso a la información que dicha Administración posee para controles, al nombre del funcionario a cargo de su determinación, así como al derecho a la prescripción de acciones, entre otras.

Los discursos en torno a los problemas económicos por los que atraviesa el Ecuador buscan privilegiar a lo privado con recursos públicos. Por tanto, hablar de que se reducen los ingresos del Presupuesto estatal por shocks externos es describir solo una parte del relato, porque



se aprovecha la coyuntura para cumplir con el Acuerdo de Servicio Ampliado convenido con el FMI y aplicar el ajuste estructural ahí establecido.

Así, desde el discurso y la práctica de las leyes impulsadas por el actual ministro Richard Martínez, se ha debilitado lo público, especialmente la salud y educación públicas. Es preciso indicar que parte de los problemas fiscales por los que atraviesa el Estado ecuatoriano corresponden al hecho de que emisiones de ciertos bonos soberanos incluían operaciones de derivados financieros denominados "repos", que son apuestas financieras contra el precio de los bonos.

Es importante hacer notar que estas operaciones repo funcionan de tal forma que si el valor de los bonos en los mercados secundarios se reduce, tal como ocurrió en los últimos meses, el Estado ecuatoriano paga el valor de la pérdida de sus propios bonos a Goldman Sachs y Credit Suisse. Por tanto, además de cancelar el capital y los intereses de los Bonos 2020 (342 millones de dólares), se pagó también lo que se perdió por estas operaciones financieras, que en total suman más de mil millones de dólares, lo que provocó que ni siquiera se cuente con recursos para los elementos de protección necesarios para médicos y enfermeras en plena emergencia sanitaria.

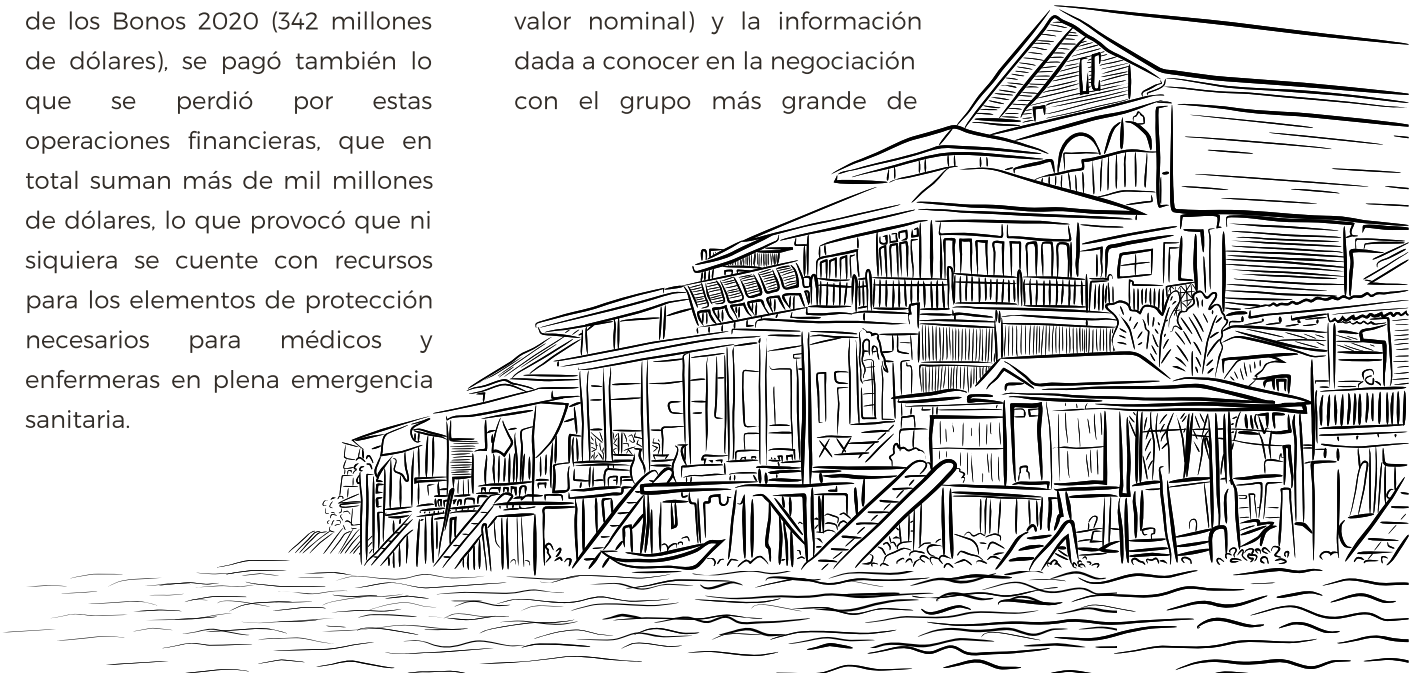
Es decir, en estado de excepción, que todavía se mantiene, los pagos antes mencionados y otros más implicaron la utilización de fondos destinados a salud y educación a otros fines, lo cual está explícitamente prohibido en el artículo 165 de la Constitución. Es por este motivo que se han producido retrasos en el pago de salarios de los funcionarios públicos, así como en la dotación de equipamiento básico de protección en hospitales públicos, lo que implicó poner en riesgo la vida de médicos y enfermeras.

Mientras otros países discuten magnitudes y características de programas de reactivación, en Ecuador se impulsa un proceso de liquidación de siete empresas públicas (ferrocarriles, empresa de correos, medios públicos, aerolínea nacional, entre otras), se debilita al Estado, se mantienen los derechos a los evasores y se habla de un exitoso proceso de renegociación de la deuda, cuyos detalles están por conocerse. Vale recalcar que se trata de un canje de bonos que cotizaban a precio de default (en torno al 30% de su valor nominal) y la información dada a conocer en la negociación con el grupo más grande de tenedores de bonos se asegura que existe una reducción del servicio de la deuda y una disminución del 9% del capital. Mientras el propio mercado castigaba los bonos soberanos ecuatorianos y los vendía a un 30% de su valor (descuento del 70%), los tenedores solo aceptarían un 9% de quita.

En la discusión del desequilibrio fiscal se pone énfasis sólo en el gasto, más no en los ingresos que se pierden o dejan de recaudar vía gasto tributario y derechos a los evasores.

Finalmente, para reforzar la indignación de la población ecuatoriana y el doble discurso en torno al gasto público, hace unas semanas, se conoció que tanto hospitales públicos como medicamentos comprados por el Estado han sido parte de repartos y acuerdos políticos que salieron a la luz por el colapso sanitario fruto del Covid-19.

*** Economista ecuatoriana y docente investigadora de la Universidad Central del Ecuador (UCE)**



EUA VERSUS AMÉRICA LATINA

Crise do progressismo e avanço conservador

Renata Peixoto*

A conformação do eixo Brasília, Buenos Aires e Caracas, o chamado Consenso de Buenos Aires, foi fundamental como ponto de partida e sustentação de uma era marcada por governos progressistas e de esquerda na região, que se posicionaram de maneira crítica ao neoliberalismo e ao papel dos Estados Unidos. O que marcou o posicionamento do eixo e influenciou a geopolítica regional foi a rejeição ao projeto neoliberal da ALCA na cúpula das Américas realizada, em Mar del Plata, em 2005, na Argentina.

Ao finalizarmos a segunda década do século XXI, é preciso compreendermos como foi gestada, em termos gerais, a crise do progressismo que marcou o início deste século na região. Em 2008, tivemos a eclosão de uma crise mundial que surtiu efeitos na economia latino-americana. Na América Latina, em um primeiro momento, os efeitos colaterais não foram tão imediatamente drásticos, porque nossa região passava por um período de crescimento econômico. Mas, é inegável que a crise mundial abalou as economias regionais e um dos primeiros desdobramentos se deram através do esgotamento do ciclo de governos progressistas, que não mais poderiam garantir o crescimento econômico, a estabilidade macroeconômica, a alta oferta de empregos e de investimentos em gastos públicos.

O cenário regional passou a mudar a partir da segunda década. A morte do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, em 2010, foi um primeiro sinal. O impeachment de Fernando Lugo, em 2012, no Paraguai e as manifestações em junho de 2013, no Brasil, deram um sinal de alerta. A partir daí três eventos relevantes, a morte de Hugo Chávez em 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Mauricio Macri em 2015, marcavam o início do fim da era progressista na região. O processo de avanço do conservadorismo é sinalizado com a própria eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, também em 2016, o ano decisivo para entender nossa crise atual.

Estudar estes processos, atentar para estes fatos, é fundamental para a compreensão de mudanças que ocorreram no bojo de nossas democracias. A derrocada do consenso de Buenos Aires abriu espaço para outra conformação geopolítica, para a reformulação dos eixos estratégicos, pavimentou o caminho para a crise democrática nestes três importantes países da região e resgatou a importância do debate sobre a globalização neoliberal e seus impactos no território latino-americano. Além disso, nos permite prestar atenção nas mudanças de padrãoo nas relações destes distintos países com os Estados Unidos, as tênues, mas decisivas diferenças nas relações entre América Latina e Estados Unidos se comparamos os governos de Obama e Trump.

É elementar perceber que nossa atual crise regional, que se apresenta como crise econômica, democrática, mas, também como entrave para um posicionamento mais assertivo, altivo e soberano de nossos países no cenário hemisférico, remonta à crise interna de nossas três grandes nações, aquelas que sustentaram o Consenso de Buenos Aires, Argentina, Brasil e Venezuela. Aqueles três países que sustentaram um eixo estratégico essencial na construção de um posicionamento autônomo e ativo perante o papel dos Estados Unidos e a manutenção do neoliberalismo em toda a região. Estes países foram centrais e peças-chave da política sul-americana no início do século XXI; sua crise abalou os rumos e projetos políticos progressistas e democráticos em nível regional. A

crise política e econômica regional, com grande expressão naqueles três países pilares, permitiu que o conservadorismo político e o liberalismo econômico fossem o "projeto da vez", candidatos à hegemonia regional. Mas, é preciso problematizar o que alguns consideram como fim da onda rosa, fenômeno que chamou a atenção de cientistas sociais em toda região. Como afirmamos inicialmente, esta crise das novas esquerdas aconteceu no lastro da crise econômica mundial (2008), que propiciou o esgotamento de seu modelo baseado, sobretudo, no neo-extrativismo e na reprimarização da pauta exportadora. Assim, temos que os limites do progressismo se dão tanto por conta de uma ofensiva conservadora quanto por seus equívocos ao reforçar e insistir em sua convergência com o capitalismo.

Dessa forma, construindo para si seus próprios limites, abandonando parte da natureza de seus próprios projetos e desiludindo suas bases e criando novas contradições.

A América Latina de dez anos atrás ainda se anunciava como uma região promissora e, atualmente, é marcada pelas crises econômicas e pela incerteza política. Internamente, também foram construídos abismos em termos de desigualdades sociais. Em todo este processo, as relações dos países da região, em seus distintos e cambiantes eixos geopolítico-estratégicos, com os Estados Unidos da América foi e é fundamental para entender as relações intra-regionais, os modelos de desenvolvimento adotados, o direcionamento da política externa e como enfrentamos a pandemia de COVID-19 e seus efeitos futuros.

Considerações

No período mais recente a crise democrática se torna uma realidade, seja nos Estados Unidos como em nossa região. Esta crise não apenas pode ser entendida como proveniente da debacle da esquerda e ascensão da direita, mas já se conforma na erosão erosão do tecido social e na convulsão social que passa a marcar a nossa região. As relações com os Estados Unidos, potência imersa em suas preocupações com o avanço global e hemisférico da China, ganham relevo. O alinhamento dos governos regionais com Washington passa a determinar alguns rumos políticos e econômicos fundamentais para a América Latina na ordem internacional; cabendo lembrar que neste ano temos as eleições presidenciais estadunidenses. Governos aliados dos Estados Unidos, por afinidades ideológicas, por atenderem aos interesses do grande capital, reformularam nossa geopolítica regional e redesenharam nosso mapa político, nos últimos anos. Mas ainda há muita coisa a se definir em nosso horizonte.

*** Docente e coordenadora do PPGICAL-UNILA. Membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).**

CHINA: LA LLEGADA DEL DRAGÓN

Oportunidad para balancear el poder con Estados Unidos

María José Haro Sly*

La emergencia o, más exactamente, la re-emergencia China en la arena internacional constituye unos de los eventos más importantes del Nuevo milenio. Esta re-emergencia del Imperio del Medio (o el centro del mundo) está vinculada al declive relativo del poderío de los Estados Unidos. Como en el pasado, las potencias mundiales ascienden y declinan, todas a su debido tiempo y con características específicas. América Latina, hasta ahora, juega un rol periférico en el sistema internacional. Esto se da desde su incorporación a la división internacional del trabajo a partir de la colonia y posterior independencia en términos políticos – la económica continúa en *stand by*.

La re-emergencia de China en la arena internacional ha tenido, tiene y tendrá grandes impactos en la región. Desde la entrada de la República Popular China (PRC) en la Organización Mundial del Comercio, sus flujos comerciales han aumentado en una escala sin precedentes, liderando la lista de exportadores del mundo, superando incluso a los Estados Unidos. En este contexto, la relación con los países latinoamericanos también se ha transformado. Desde 2005, bancos estatales de China han otorgado más de US$ 141 mil millones en préstamos a países de América Latina y el Caribe. El comercio de China con la región ha aumentado exponencialmente, el gigante asiático se constituye hoy en día como el primer o segundo socio comercial de la mayoría de los países de la región, reemplazando a socios tradicionales como Europa y Estados Unidos.

En este texto quisiera apuntar las oportunidades para América Latina y aquellos aspectos problemáticos, así como también algunos factores que condicionarán que la balanza se incline por una relación positiva o no con China.

Balanza de poder: La relación con China presenta una oportunidad excepcional para balancear el poder con Estados Unidos. América Latina tiene una chance interesante de negociar mejores términos a nivel internacional si consigue una estrategia regional que permita balancear el poderío de ambas potencias. Es un momento delicado en que Estados Unidos coloca a los países de la región entre la espada y la pared respecto a la relación con China. Con perfil bajo y acuerdos estratégicos, América Latina tiene que surfear y ser inventiva en sus desafíos geopolíticos.

Complementariedad económica: A diferencia de Estados Unidos, que tiene una producción y exportación que compite en varios segmentos con la Sudamericana, China es una economía complementaria. Esta complementariedad tiene sus limitantes. La región presenta déficits comerciales consecutivos

con China. De los países de la región, solo 3 tienen superávit comercial con China: Brasil, Chile y Perú. Las exportaciones latinoamericanas hacia China están altamente concentradas en soja, metales, cobre y otras materias primas. Mientras tanto, los productos industrializados componen principalmente las exportaciones chinas a la región. De haber, idealmente, una estrategia regional en el largo plazo esta complementariedad podría significar una oportunidad para trasladar los ingresos de la exportación de commodities hacia un proyecto de inversión en infraestructura y diversificación productiva enfocado en el desarrollo tecnológico regional. Si la meta es continuar ad infinitum exportando soja y petróleo crudo a cambio de tecnologías, estaremos complicados y lo único que conseguiremos será reproducir viejas relaciones centro-periferia, ahora con caracteres chinos.

Finanzas e inversiones: China es el mayor financista al desarrollo y cuadruplica a las inversiones del

Banco Mundial, BID y CAF juntos. Los préstamos chinos pueden contribuir con liquidez, condiciones a largo plazo, tasas bajas y, fundamentalmente, con proyectos de infraestructura. China se encuentra en una fase de desarrollo productivo, no especulativo. Este financiamiento puede generar impactos al servir de contrapunto a las agencias de financiamiento especulativas y con condicionantes neoliberales como el FMI y Banco Mundial. El sistema financiero internacional está endeble con la actual crisis generada por la pandemia del Covid. Esta tendencia debiera ser favorable para librarse de deudas ilegítimas. El financiamiento chino ofrece buenas oportunidades si se negocian proyectos que estén alineados a las estrategias nacionales y regionales de desarrollo que agreguen valor y promuevan la industria de manera sustentable.

No interferencia mutua: América Latina tiene que bregar por la estrategia internacional de no-interferencia promovida por China e insistir en este punto. No hay salida sin soberanía. Los recientes golpes de Estado en Paraguay, Brasil y Bolivia son inadmisibles. Mejorar los canales de vinculación política con los Países del Sur Global será fundamental para evitar quiebres institucionales y la injerencia extranjera. Como recientemente admitió Elon Musk, de la empresa Tesla, el golpe en Bolivia fue por el litio. China ha sufrido en carne propia el imperialismo, su discurso de no intervención en asuntos internos debe mantenerse y apoyar a los países que reclaman ante las intervenciones extranjeras. Ese apoyo requiere de una construcción política, hasta ahora muy endeble entre los países del Sur Global. La integración Latinoamericana es una condición sine qua non para reforzar este proceso – para tener integración tiene que haber unidad y para eso no debieran haber interferencias interesadas. La defensa de la institucionalidad tiene que estar en el centro de la estrategia de los movimientos sociales y políticos.

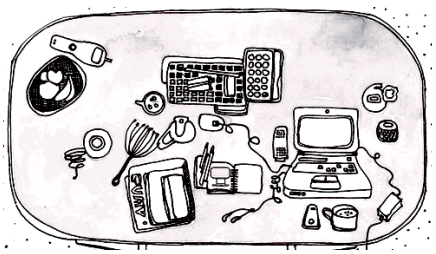
Fin de la hegemonía cultural neoliberal: El proceso chino, con todas sus virtudes y complejidades, ha demostrado al mundo que no existe una única receta para el desarrollo y que mucho menos el camino es el neoliberal. Los países latinoamericanos precisan estudiar y comprender el desarrollo de las naciones asiáticas. La enorme importancia del Estado, la planificación, la nacionalización de recursos estratégicos, el foco en el desarrollo industrial y tecnológico, las finanzas al servicio nacional y la necesidad de compatibilizar la técnica con la política. Necesitamos reinventar nuestras ciencias, colocarlas al servicio del desarrollo tecnológico y político autóctono. Esta crisis del neoliberalismo tiene que generar transformaciones en la hegemonía cultural de las masas. América Latina necesita de cuadrxs técnicxs-políticxs con compromiso social, ético y con capacidad de liderar procesos de desarrollo y planificación estratégica. Los partidos políticos en la mayoría de los países de la región no pasan de estructuras electorales, sin debate, sin contenido y sin política. Este proceso en América Latina encontrará resultados cuanto más miremos hacia dentro del continente, cuando más recuperemos cosmovisiones propias, cuanto más pensemos la unidad en la diversidad.

*** Socióloga (UNILA), Mestrado en Relaciones Internacionales (UFSC), LLM (Universidad de Renmin, China) e Doctoranda (UNQ)**

CONSEJO SURAMERICANO

Hace falta un espacio de articulación en el área de la Salud

Fábio Borges*



Con la pandemia de 2020 es pertinente recordar al Consejo de Salud Sudamericano de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), que en nuestra opinión sería muy adecuado para la coordinación y articulación conjunta de los países delante del enorme desafío representado por la COVID-19. Desafortunadamente, debido a un debate superficial y demasiadamente ideologizado por parte de Brasil, UNASUR pasó por un proceso de desarticulación desde 2018. Una de las ideas centrales de este artículo es que a pesar de la fragilización y el fin de esa institución -que estuvo activa durante diez años, las reflexiones teóricas, las prácticas y los protocolos sobre integración serán esenciales para la reconstrucción de un espacio de unidad regional.

En el marco de UNASUR, el 16 de diciembre de 2008 se crearon el Consejo de Salud Suramericano (CSS) y el Consejo de Defensa Suramericano (CDS). Antes, el 17 de abril de 2007 se había establecido el Consejo de Energía Suramericano (CES). Posteriormente fueron instituidos otros consejos temáticos. El Consejo de Salud Suramericano se instauró con base al consenso de que la salud es un "derecho fundamental de los seres humanos y la sociedad y es un componente vital para el desarrollo humano". Es decir, para garantizar a la salud como motor fundamental del desarollo de la región, el CSS adoptó el ejercicio de la diplomacia mundial en salud, entendiendo que el esfuerzo conjunto es más efectivo que tratar a los problemas unilateralmente.

En 25 de julio de 2011, hace 9 años, fue creado el Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS), cuyo objetivo inicial era ser un centro de pensamiento estratégico para la defensa de la salud como un derecho humano y social fundamental, la generación de masa crítica, el apoyo a los países en la formulación de políticas públicas y la formación de líderes para fortalecer a la gobernanza de los procesos políticos, sociales y económicos relacionados con la salud en los países miembros de UNASUR.

El ISAGS contribuyó para la democratización del acceso al conocimiento y la información por medio de su portal, con informes mensuales, boletines electrónicos semanales e informes anuales. También fue importante para apoyar a la capacitación del personal estratégico via talleres temáticos, reuniones, cursos y conferencias con la participación de representantes de todos los países. Entre 2012 y 2015, el Instituto publicó tres libros: 1- "Sistemas de salud en América del Sur: desafíos para la universalidad, la integralidad y la equidad" (2012); 2- "Vigilancia de la salud en América del Sur: epidemiológica, sanitaria y ambiental" (2013); y 3- "Atención primaria de salud en América del Sur" (2015). La estructura trataba de apoyar una visión amplia de la salud pública en la región, considerando temas como la comunicación, el medio ambiente y el desarrollo sostenible, la determinación social y las políticas de transferencia de ingresos, así como la salud global y la diplomacia de la salud. Igualmente se consideraron el complejo industrial de salud, los modelos de financiamiento y gestión de los sistemas sanitarios, regulación del mercado, innovación y propiedad intelectual, así como evaluación de tecnologías. Otros temas abordados en talleres de formación fueron sistemas de salud, vigilancia y atención primaria.

Por todas estas razones, la suspensión de los trabajos del ISAGS el 30 de junio de 2019 obstaculizó aún más el objetivo ya desafiante de democratizar el acceso a la salud pública en América del Sur. El cierre de las actividades del Instituto se llevó a cabo sin mucha dificultad: se realizó una ceremonia de reconocimiento por sus contribuciones al fortalecimiento de la integración sudamericana, además del lanzamiento de un

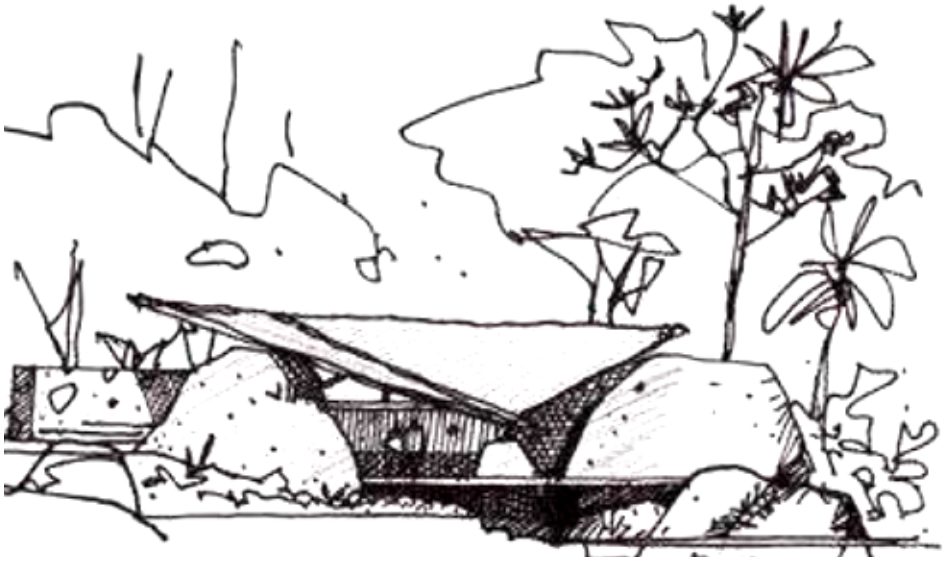
mensaje de su entonces Directora Ejecutiva, Carina Vance Mafla. Según el comunicado, la decisión fue "resultado de la situación política actual", demostrando la falta de apoyo y de visión estratégica hacia una institución que hoy sería tan importante y protagonista en el combate al COVID-19.

Brasil atribuyó su salida al supuesto carácter ideológico, costoso e ineficiente de UNASUR, que experimenta un momento de profunda fragilidad desde el 20 de abril de 2018, cuando seis países suspendieron su participación en la institución. El entonces ministro de las Relaciones Exteriores de Brasil, Aloysio Nunes Ferreira, y los cancilleres de Argentina, Paraguay, Colombia, Chile y Perú enviaron una carta a la Presidencia Pro Tempore de la UNASUR, el ministro boliviano Fernando Huanacumi, quien estaba a cargo de la organización, comunicando la decisión de suspender, por un período indefinido, la participación en las reuniones del bloque.

La iniciativa, según el documento, fue motivada por la paralización, generada por el gobierno venezolano, en el proceso de elección del nuevo secretario general de la organización. En la carta, los seis cancilleres afirman que UNASUR se ha inmovilizado desde enero de 2017 porque Venezuela, con el apoyo de Bolivia, Surinam y Ecuador, vetó al candidato argentino para el referido cargo. En aquel momento, el candidato era el embajador José Octavio Bordón. A pesar del veto, Venezuela y los otros países no tenían alternativa al nombre. Así, la Secretaría General quedó vacante. Se trata de un caso de miopía política casi imperdonable, que hoy significaría menos víctimas por la pandemia en nuestra región.

Importancia del ISAGS

En los últimos años, el ISAGS ha demostrado su necesidad y capacidad para perpetuarse en el tiempo. Sus directrices estratégicas, aprobadas en 2015, están en un documento histórico que estableció cinco líneas de acción. Las medidas prevén influir en la generación y difusión del conocimiento y la innovación, la formación de personal especializado, la mejora de la intersectorialidad y la comunicación externa, la democratización del acceso al conocimiento y la información y el fortalecimiento de la diplomacia en salud.



Por otro lado, la discontinuidad de estas iniciativas debilita el panorama actual de gobernanza en América del Sur. A través del Fondo de Iniciativas Comunes (FIC), por ejemplo, el ISAGS colaboró con la estructuración de un Banco de Precios de Medicamentos (BPM), un instrumento en el que los efectos prácticos son más notables. Por medio de esta base de datos conjunta, de los doce países sudamericanos, es posible mitigar las altas discrepancias entre los valores de los medicamentos farmacéuticos, lo que podría generar un ahorro total de alrededor de US$ 1000 millones anuales.

Concluimos, de acuerdo con la declaración de Carina Vance Mafla, que "se cierran estas puertas, pero el camino está trazado. Dependerá de la suma de voluntades el continuar por un trayecto que nos lleve a una región en la que la salud sea un derecho efectivo". Por esas razones iniciamos ese artículo diciendo que las reflexiones teóricas, las prácticas y los protocolos sobre integración serán esenciales para la reconstrucción de un espacio de unidad suramericana. No se pueden borrar esas experiencias en virtud del momento terrible que pasamos, pues serán valiosas en una posible y necesaria retomada de mejores vientos en la región.

*** Docente del PPG-ICAL y Cordinador del Observatorio de los BRICS**

INTEGR(AÇÃO) NECESSÁRIA

Esforços no combate à COVID-19

Letícia Diniz* e Astrid Yanet Aguilera Cazalbón**

Atualmente vivemos uma crise sanitária denominada por Maria Regina Soares de Lima e Marianna Albuquerque, do Observatório de Política Sul-Americana (OPSA), como um "mal público". Uma vez produzida a pandemia não exclui ninguém de seus efeitos perversos e incentiva uma maior coordenação da ação coletiva na área da saúde, pois o vírus não respeita jurisdições e nem fronteiras. Assim, em primeiro lugar, iremos expor, de forma breve, a situação atual do enfrentamento à situação nos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), para então explicar quais têm sido as ações realizadas no combate à Covid-19.

Faltam ações coordenadas

De antemão, devemos destacar que as formas de enfrentar a COVID-19 no âmbito do Mercosul foram diferentes, cada país optou por um método distinto para poder tomar decisões e comunicar à sua população a importância de respeitar as medidas de combate à pandemia.

Assim, segundo o Boletim OPSA, Argentina, Paraguai e Uruguai tomaram decisões diferentes, mas apresentaram resultados positivos quando comparados ao número de casos confirmados e mortes em outros países da América do Sul. No Brasil a situação está fora decontrole; o comportamento criminoso do presidente encoraja o fim do isolamento social e as consequências são desastrosas, contabilizando mais de 96 mil mortes. O mesmo foi denunciado na Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), por violações sanitárias e desmatamentos, revelando que o Brasil está isolado não apenas regionalmente, mas globalmente.

Assim, são várias problemáticas que quando somadas trazem enormes dificuldades para enfrentar a pandemia no Mercosul. A primeira foi a ascensão de governos de direita, cujo maior exemplo é o Brasil, com um baixo nível de relação com os vizinhos, impossibilitando iniciativas de integração. Desse modo, considerando que faltam ações coordenadas entre os governos dos Estados membros do bloco, quais são as ações que estão sendo realizadas pelo Mercosul, como instituição, para o combate ao Coronavírus?

Possíveis saídas comuns

Entretanto, apesar desse cenário, o Mercosul consegue manter iniciativas já elaboradas anteriormente e realiza novas iniciativas para o combate à Covid-19. Um exemplo simbólico destas iniciativas foi a aprovação de um fundo de emergência de US$ 16 milhões, destinados totalmente ao enfrentamento da pandemia. Esse esforço regional foi destinado, principalmente, ao Projeto Pluriestatal "Investigação, Educação, Biotecnologias Aplicadas à Saúde", aprovado em 2011 no âmbito do FOCEM e contando com a participação de todos os Estado Partes. Os objetivos são a transferência de conhecimento e tecnologias, através do trabalho em rede das instituições do países membros. Participam do projeto o Instituto de Biomedicina de Buenos Aires e o Conselho Nacional de Investigações Científicas (CONICET) da Argentina; o Laboratório Central de Saúde Pública (LCSP), o Instituto de Investigação em Ciências da Saúde (IICS) e o Centro de Desenvolvimento de Investigação Científica (CEDIC), do Paraguai; a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) do Brasil e o Instituto Pasteur de Montevidéu, pelo Uruguai. Isso significa que, por exemplo, o avanço para a criação de uma vacina para a COVID-19 pela Fiocruz beneficiaria não somente os brasileiros e brasileiras, mas toda a população mercosulina. O projeto auxilia não apenas a correção das assimetrias entre os países na área da Biomedicina (C&T), mas também possibilita soluções em comum.

No documento "A Cooperação Intra-Mercosul (2005-2015)" são apresentadas diversas ações de apoio realizadas entre os países do bloco, vinculadas aos aspectos sanitários. Essas medidas procuraram melhorar os sistemas

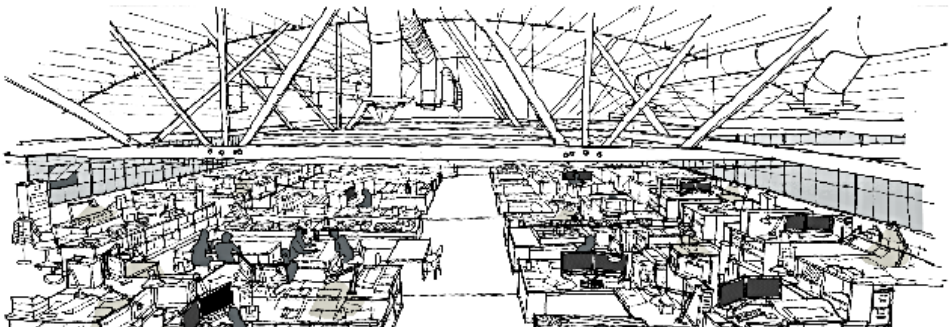
de saúde e as políticas públicas, harmonizar a legislação, bem como reduzir assimetrias nessa área e fortalecer institucionalmente os países com menos capacidades e recursos. Destaca-se a existência de uma institucionalidade complexa nesse setor, além de uma estrutura organizacional ampla com órgãos permanentes e temporários.

Além disso, o subgrupo de Trabalho de Saúde, criado em 1996, é encarregado de executar, coordenar e facilitar ações entre os Estados membros. Aquelas tarefas que parecem ser mais relevantes no contexto da pandemia estão relacionadas à vigilância epidemiológica, o controle sanitário, a eliminação de obstáculos injustificáveis ao comércio regional e ao antendimento integral e de qualidade. Outra iniciativa relevante no atual contexto é o Projeto de Apoio para a criação de uma "Farmacopeia do Mercosul", implementada entre 2011 e 2015. Essa ação teve como objetivo fortalecer institucional e operacionalmente os laboratórios da região e trocar conhecimentos científico-tecnológicos para promover a produção regional de Ingredientes Farmacêuticos Ativos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), trata-se de um instrumento estratégico para que a indústria local tenha autonomia na fabricação ou na aquisição de insumos farmacêuticos. Assim, poderia viabilizar medicamentos para o combate à pandemia dentro do bloco. Também se faz referência à existência de uma estratégia conjunta de negociação de medicamentos com preços elevados, entre os Estados membros e associados ao Mercosul e os laboratórios fornecedores.

Necessidade de união

As diversas iniciativas receberam assistência técnica e financeira de atores extrarregionais (como a Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde e o Banco de Desenvolvimento da América Latina); e intrarregionais (Ministério da Saúde do Brasil, Anvisa, Fundação Oswaldo Cruz e Agência Brasileira de Cooperação e o governo da Argentina, por meio do Fundo de Cooperação Sul-Sul e Triangular). No entanto, essas ações parecem não ser levadas na prática atual pela falta de coordenação e articulação de distintas esferas governamentais e, sobretudo, do interesse dos atuais governos.

No entanto, devemos ressaltar que a vulnerabilidade dos Sistemas de Saúde Pública e a escassa infraestrutura hospitalar dos países da região, somadas à falta de iniciativa, dificultam as ações de combate a pandemia. Por outra parte, deve ser ressaltado que alguns dos Estados do Mercosul que aderem à rede de tratados de livre comércio e investimento, principalmente Argentina, concedem maiores direitos de propriedade a grandes empresas farmacêuticas, dificultando as compras públicas, o uso de suprimentos locais e impedindo, por exemplo, a fabricação de medicamentos genéricos. Nesse sentido, inclusive algumas medidas também poderiam ser tomadas em conjunto com outros países da região, como o uso de licenças obrigatórias para combater o abuso das corporações farmacêuticas.As implicações econômicas, sociais e políticas da pandemia evidenciaram que a saída é pela união, não pela fragmentação ou o unilateralismo. As soluções passam pelo que nos conecta; nossas fronteiras, nossas culturas e identidades, mas também nossos problemas, nossas dependências, nossas pobrezas, nossas desigualdades. Isto é, a pandemia demonstrou que sozinhos e separados perdemos força. A integração e a coordenação de ações regionais, neste momento, se colocam como um imperativo, uma ação emergencial, pois sabemos que os grandes prejudicados por esta falta de diálogo são os povos do Mercosul.



*** Formada em R.I. Mestranda no PPG-ICAL/UNILA. Bolsista DS/UNILA. Pesquisadora do Grupo Decolonizando as Relações Internacionais**

**** Economista. Mestranda no PPG-ICAL/UNILA. Bolsista DS/UNILA. Pesquisadora do NEEGI e GT Crisis y Economía Mundial (CLACSO)**

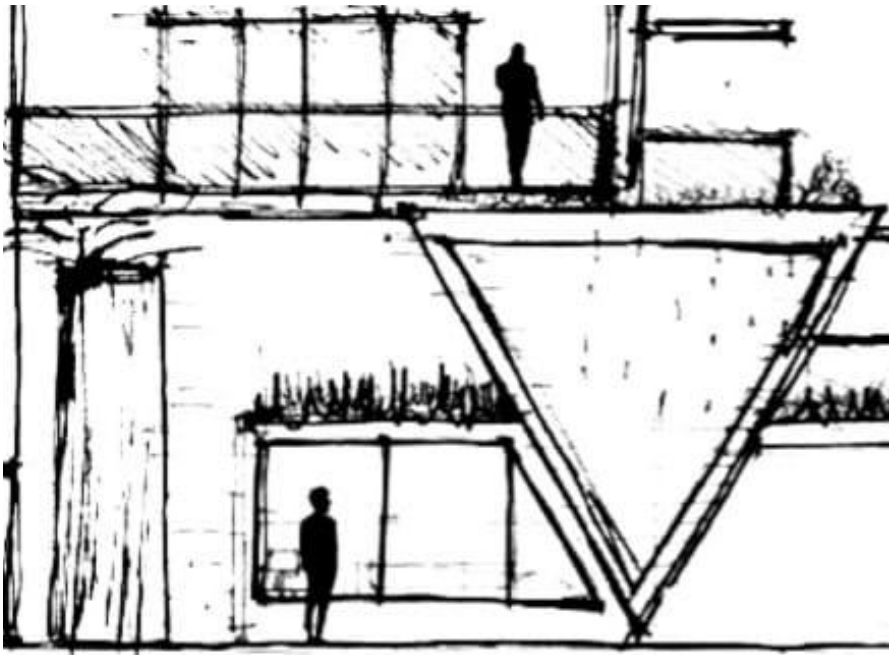
JERARQUÍA MONETARIA

¿Cooperación financiera regional en América Latina?

Tamara Solange Avalos* y Mariano Bonilla**

En el presente artículo buscaremos plantear algunos elementos que permitan problematizar sobre la arquitectura financiera internacional a partir de la crisis del coronavirus. Particularmente, nos enfocaremos en cuestiones relativas a la jerarquía monetaria entre las economías sistémicas y las economías emergentes.

En el sistema financiero actual, la discrecionalidad y falta de multilateralismo son una constante. Se trata de un problema acarreado desde el surgimiento de Bretton Woods. En aquel momento, allá por 1944, se desarrolló un debate entre dos modelos de organización. Por un lado, se encontraba un modelo de organización multilateral defendido por John M. Keynes, quien proponía que haya simetría entre los ajustes de los países superavitarios y deficitarios, e instituía una moneda de reserva mundial a través de la cual debían realizarse los pagos de los saldos exteriores netos de los bancos centrales, aboliendo así los mercados de cambios. Este sistema hubiese gozado de jerarquía propia, ya que esa moneda (el bancor) no podía ser poseída por agentes particulares. La abundancia o escasez de liquidez se regulaba con bancos centrales acreedores cediendo al clearing y bancos centrales deudores con un descubierto, de



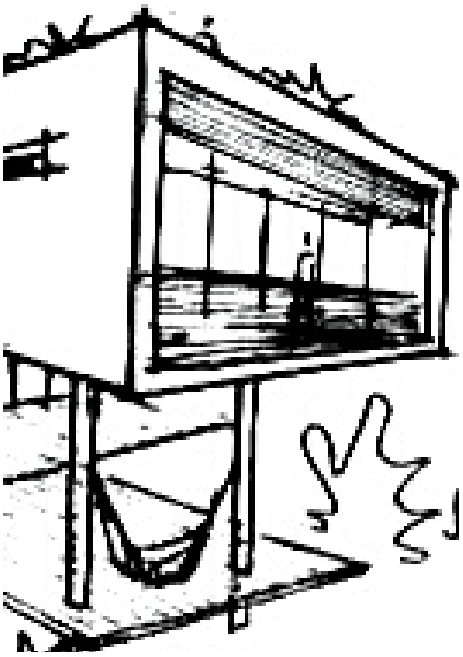
forma simétrica.

La posición de Harry White, que fue la que finalmente prevaleció, fue bien distinta. Si bien ambos proyectos tenían el objetivo de preservar los equilibrios de las balanzas de pagos compatibles con el pleno empleo al interior de los países, White propuso un mecanismo monetario diferente a la unión internacional de pagos de Keynes, que consistía en un fondo de estabilización de pagos. Los objetivos de Estados Unidos eran políticos y tenían que ver con el predominio del dólar como única divisa inconvertible. La supremacía del dólar se plasmó a partir de entonces. Todos los países debieron declarar su paridad en oro, pero como la mayoría de los países estaban despojados del mismo, se declaró en dólares. El dólar era entonces la única divisa convertible en oro.

La caída de los acuerdos de Bretton Woods fue una decisión política de Estados Unidos, llevada adelante por la administración Nixon en 1971. Los tipos de cambios fijos se volvieron flotantes y se impuso la libre movilidad de capitales. Al desligarse del patrón oro y al anclarse a su autorreferencia, el dólar quedó entonces en la cúpula de la jerarquía monetaria internacional. Los 30 años gloriosos del capitalismo dejaron lugar entonces a una era marcada por crisis financieras (deudas soberanas, burbujas financieras, ataques especulativos). En toda crisis financiera lo que prima es la necesidad de mantener activos líquidos en monedas seguras, como el dólar, algo a lo cual países ricos pueden acceder pero no así los países pobres o los emergentes.

El COVID-19 dejó al descubierto la vulnerabilidad de las economías emergentes, cuyos países sufrieron entre marzo y abril una salida brusca de más de 100 mil millones de dólares. Los capitales alojados en activos de economías emergentes huyeron, incluso a pesar de que el 15 de marzo la Reserva Federal (FED) había bajado la tasa de interés a un nivel de 0,25%, llevando a cabo la reducción de emergencia más pronunciada en sus más de 100 años de historia. Desde 2008, los bancos centrales más poderosos del mundo han inyectado, en los últimos 12 años, una abundante liquidez que ha direccionado flujos de crédito hacia las economías emergentes, en donde los mercados de bonos y acciones crecieron de 15 a 33 billones de dólares. Además, según datos del Banco de Pagos Internacionales (BIS, por sus siglas en inglés), las economías emergentes y las corporaciones de esas economías han emitido una cantidad abultada de deuda en moneda extranjera.

Podríamos identificar al menos cuatro fenómenos que denotan la desigualdad que tienen los países ricos y los países pobres o emergentes para el acceso a activos de alta liquidez, y que manifiestan la jerarquía que poseen divisas como el dólar, el euro, el yen o la libra en detrimento del resto. El primero es la reversión de flujos de capitales sufrida por los países emergentes al principio de la pandemia. Dicha fuga de capitales no fue causa solamente de decisiones racionales de los capitales, sino que se produjo debido a la falta de regulación y capacidades estatales de estos países. En segundo lugar, corresponde mencionar la política de swaps que la FED dispuso, exclusivamente, para atender la liquidez de bancos centrales sistémicos y de pocos emergentes (como México y Brasil). Se negociaron a través de este instrumento unos 450 mil millones de dólares, siendo el Banco de Japón uno de los grandes beneficiados. En tercer lugar mencionaremos las compras de activos llevadas adelante por parte de las economías sistémicas. Japón, Estados Unidos y la zona Euro han engrosado abultadamente los balances de sus bancos centrales, poniendo en práctica el *quantitative easing* (QE). Por último, quisiéramos dejar planteado el problema que acarrea la negativa de las potencias, y del FMI, a que las economías emergentes accedan a los Derechos Especiales de Giro (DEG).



Las políticas desplegadas por las potencias en torno a los swaps, los DEGs, o el QE ponen de manifiesto la discrecionalidad y falta de multilateralismo imperante. La posición de Harry White sigue vigente. La arquitectura financiera internacional actual le ha permitido a los bancos centrales sistémicos generar las condiciones para la vulnerabilidad de los bancos centrales emergentes. El COVID-19 solamente vino a profundizar la jerarquía de las monedas sistémicas y la desigualdad existente. Ante esta situación, se torna necesaria la activación de una agenda de trabajo que aborde cuestiones referentes a la regulación de los flujos de capitales, la orientación del crédito hacia la producción en economías emergentes o en desarrollo – en otras palabras, debatir el rol de un banco central– y la generación de instancias de integración financiera regional.

Lo expuesto hasta aquí bien puede servir como disparador para pensar acerca del rol de las instituciones que regulan las finanzas en las economías emergentes, y particularmente en nuestra Patria Grande. ¿Bajo qué principios podría plantearse, ante este escenario adverso, una cooperación financiera regional en América Latina? ¿Qué apuestas estratégicas actualizarían los fundamentos que se proponían con el Banco del Sur? ¿Cómo generar consensos al interior de los países sin entregarnos a las lógicas de dominación imperantes?

*** Estudiante de la Licenciatura de Comercio Interncional en la UNQ**
**** Licenciado en Sociología y maestrando en Sociología Económica (UNSAM)**

BIOCEÁNICO CENTRAL

Corredor materializará matriz dependiente y extractivista

Silvina Irusta*

La Iniciativa para la Integración de Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) ha sido la puerta de entrada de nuestros países al nuevo milenio y a una nueva fase de acumulación capitalista, marcada por el despojo y la expoliación. Durante los últimos 20 años esta iniciativa ha apuntalado sistemáticamente la ruta transitada por la integración suramericana a partir de su subordinación a los imperativos del mercado global. Se instituyó un discurso dominante que articuló infraestructura, interconexión e inserción internacional de la región en una única narrativa posible: el modelo extractivista-exportador. Ni la marea rosa que tiñó buena parte del subcontinente durante una década y media, con gobiernos de izquierda o centro izquierda, pudo sucumbir a los cantos de sirena de la IIRSA. La UNASUR, a través de su Consejo de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN), con la incorporación de IIRSA como Foro Técnico, finalmente se convirtió en la plataforma de concreción de ambiciosos proyectos de infraestructura trasnacionales que fueron diseñados y financiados por organismos multilaterales de crédito, como BID, CAF y FONPLATA. A lo que se sumó la participación protagónica de los intereses brasileños a través del BNDES y la concurrencia de capitales chinos, inaugurando un nuevo consenso regional post-liberal: el llamado *consenso de Beijing*.

Estas políticas de infraestructura regional han sido diseñadas para transformar espacialmente la región y posibilitar su inserción en cadenas globales de circulación de mercaderías. Podría resumirse básicamente en una política de disposición del territorio al servicio del gran capital. A partir de esta matriz, el territorio suramericano fue dividido en Ejes de Desarrollo e Integración (EDI). El denominado Eje Mercosur-Chile es uno de los más importantes ya que vincula los principales centros económicos, ciudades y puertos del subcontinente. Representa un mercado de más de 137,3 millones de habitantes, en un área de influencia extendida de 3,2 millones de km2, con un PBI de aproximadamente US$ 852.404,2 millones.

En el marco de este EDI se encuentra el Corredor Bioceánico Central (CBC), diseñado y planificado para conectar el puerto de Porto Alegre (Brasil) con el puerto de Coquimbo (Chile), atravesando seis provincias argentinas (San Juan, La Rioja, Córdoba, Santa Fe, Corrientes y Entre Ríos). Esta interconexión entre el océano Atlántico y el Pacífico se extiende por 2.472 km, de los cuales el 65% corresponde a territorio argentino, 25% a territorio brasileño y el 10% sobre tierra chilena. Busca integrar los tres países a partir de infraestructura terrestre (rutas, puentes, pasos fronterizos, túneles), de tal manera que permita la concreción de un sistema de transporte y logística que consolide el modelo extractivista-exportador de manera competitiva y eficiente, según la lógica de la acumulación por desposesión.

En el caso de Argentina, las obras de infraestructuras más importante que permitirían la concreción del corredor son el túnel Agua Negra - el paso en obra de San Juan a Chile, un nuevo nexo vial entre Santa Fe y Paraná, la renovación del complejo fronterizo en Pasos de los Libres y la recuperación del Puente Internacional Agustín P. Justo-Getúlio Vargas, además de múltiples obras de duplicación, mantenimiento y puesta en condición de los más de 1.600 km de rutas argentinas (autopistas - autovías – rutas provinciales y nacionales) que forman parte del corredor.

En este sentido, el corredor

cubre en Argentina dos grandes áreas territoriales: por un lado, la región de influencia de la intersección con la hidrovía Paraguay -Paraná, donde se concentra la mayor producción agroindustrial del país; y por otro, la región cordillerana con una gran riqueza minera y producción frutihortícola y vitivinícola. Estas dos áreas representan grandes flujos de mercaderías de exportación, que reúnen el mayor nivel de valor económico agregado del país.

En este sentido, del análisis de las exportaciones de la Región Centro argentina puede advertirse que la composición en un 66% corresponden a granos cosechados en su territorio y su posterior procesamiento industrial, que le agrega valor al transformarlo principalmente en harinas, pellets, aceites, balanceados y biocombustibles, según la Bolsa de Comercio de Rosario.

De modo que la concreción del corredor posibilitaría la consolidación de una matriz productiva orientada "hacia afuera", ligada a las demandas del comercio internacional, principalmente de las economías emergentes, como las asiáticas. Teniendo en cuenta que a través del Pacífico se llegaría a la mitad de la población del mundo, esto representa para las elites locales grandes mercados que prometen enormes ingresos. El CBC es considerado por estas élites político-económicas una estrategia dinamizadora de la inserción internacional de los sectores agroindustriales y mineros, principalmente hacia de la cuenca del Pacífico. Se espera que para el 2030 la zona del CBC desplace a Estados Unidos como líder mundial de soja y represente un tercio del mercado mundial de la carne.

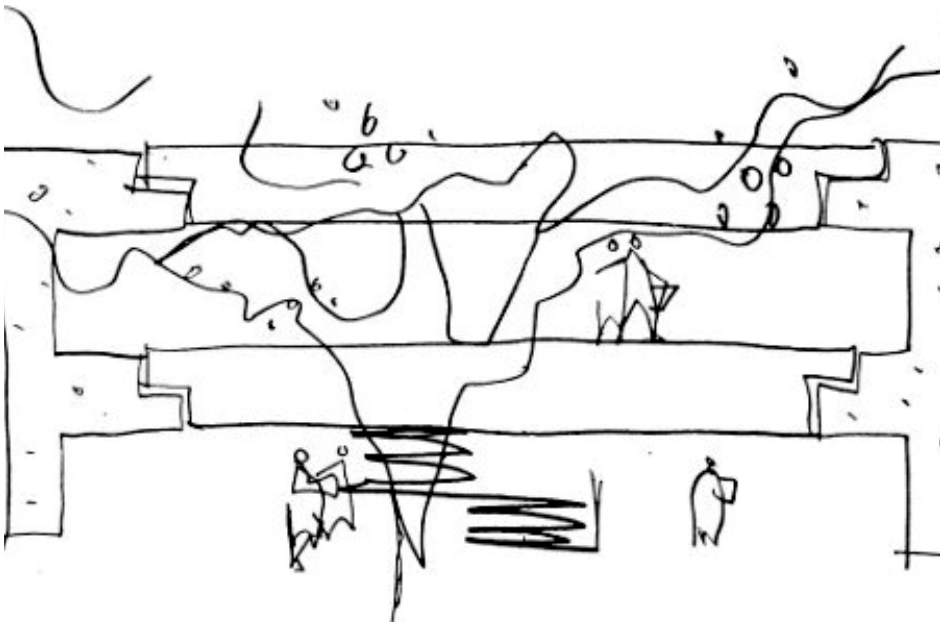
Unas de las demandas más importantes de los sectores empresariales de los tres países, hoy, se centran en la reducción del arancel externo común del MERCOSUR. Bajo la premisa del regionalismo abierto y teniendo de trasfondo el acuerdo con la Unión Europea, las cámaras y federaciones empresariales marcan agenda a los gobiernos de Argentina, Brasil y Chile, abogando competitividad, disminución de asimetrías y plena inserción en la economía mundial, según la Declaración de Santa Fe.

En su forma más inmediata, los corredores bioceánicos se manifiestan como rutas de comercio que vinculan actividades productivas y de servicios diversos al mercado global. Se presentan como promesas de desarrollo intra y extra regional, con grandes beneficios para las poblaciones que están localizadas en su trazado.

Sin embargo, el Corredor Bioceánico Central, tal como se viene planteando al interior de las regiones de Argentina, reproduce el tradicional esquema basado en ventajas comparativas estáticas y asociado a la lógica centro-periferia. A esto se suma el agravante de los impactos ambientales que produce la extensión de la frontera agrícola, afectando bosques, montes nativos y ecosistemas naturales; además de una profundización de las desigualdades sociales producidas por la fuerte concentración de la riqueza que esta matriz genera.

En definitiva, el progreso que promete el CBC presenta una contracara marcada por la conflictividad social generada por el impacto ambiental, tanto de las obras de infraestructura como de la matriz extractivista. Dependencia, desigualdad y conflictividad parecen marcar los rumbos del corredor en las provincias argentinas.

*** Profesora de la Licenciatura en Ciencia Politica de la Universidad Nacional de Villa María (UNVM).**



INTEGRAÇÃO NO GRAN CHACO

Importância dos corredores bioceânicos até a China

Carla Paulino da Costa Feres*

Durante a recente ascensão chinesa prevaleceram duas mudanças internas: a urbanização e a industrialização pesada. Esse movimento impulsionou sua demanda por energia, minerais e alimentos. A procura por recursos sul-americanos e o avanço do investimento chinês na região acabou favorecendo as economias periféricas no chamado boom das commodities. Certamente, o aumento do comércio com a China tornou-se capaz de consolidar uma ordem internacional menos dependente da hegemonia norte-americana. Para a periferia, o país asiático é um mercado estratégico, capaz de absorver crescentes exportações de produtos básicos. Ao mesmo tempo, o crescimento da China como potência mundial redimensiona as estruturas da Divisão Internacional do Trabalho, aprofundando o modelo de exportação baseado em bens primários. Desse modo, não cabe culpar apenas o setor agroexportador pelas poucas iniciativas de integração produtiva regional e negar a importância que possui, não só como grande parte do superávit da região, mas como possibilidade de tornar-se um agente dinamizador das economias, desde que seja vontade dos Estados.

As exportações da América do Sul para o gigante asiático estão concentradas em algumas commodities: Soja (SH2 12); Minério de Ferro (SH 26); Petróleo (SH 27); Pasta de Celulose (SH2 47), Carnes e miudezas, comestíveis (SH 02) e Cobre (SH 74). A identificação desses capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é essencial para dimensionar o grau de interdependência entre as regiões.

A extração de Minério de Ferro e Manganês (SH2 26) tende a acompanhar o aumento das demandas mundiais. A importação chinesa cresceu nos anos 2000, mas o peso latino-americano nas suas compras manteve-se constante entre 2002 e 2019, entre 27% e 32% do total. Os principais parceiros mundiais da China, em 2019, foram o Brasil (14,3%), Chile (7,9%) e Peru (7,3%). Em contrapartida, o peso da China na exportação total de minério de ferro da América Latina saltou de 17% em 2002 para 54% em 2019. Ou seja, as vendas da região tornaram-se altamente dependentes da demanda do gigante asiático. Outro minério importante é o Cobre (SH2 74), com destaque para as vendas do Chile para a China com 31% do total, representando 18% das compras chinesas.

Por sua vez, a expansão da pecuária na América do Sul reconfigurou as compras chinesas. Entre os principais fornecedores do SH2 02, em 2019, destacam-se Brasil com 21,4% da importação total chinesa; a

Argentina com 10,6% e o Uruguai com 6,3%. Apesar da participação da carne ser inferior à de produtos como soja e minério de ferro, entre 2003 e 2019, foi o capítulo que obteve maior aumento relativo nas vendas latino-americanas para China em dólares. Mais de 33% do destino das exportações de carne da América Latina vão para o país asiático. Em contrapartida, o mercado latino-americano representa 41% do total das compras chinesas em 2019, revelando um alto grau de dependência.

As variedades das exportações da Soja (grãos, óleo e farinha) estão centralizadas entre o Brasil, a Argentina e em menor escala, o Uruguai. Em 2003, 33% das vendas latino-americanas desse capítulo eram direcionados para a China; já em 2019, o gigante asiático representou impressionantes 70% das exportações dos três países considerados.

Corredores bioceânicos

O consistente e crescente fluxo comercial com a Ásia pede uma remodelação da logística de transporte da América do Sul: a tendência de mover-se em direção ao Pacífico pela possível redução de custos e tempo de parte das vendas da região. A infraestrutura ganhou papel de destaque a partir da criação da IIRSA, em 2000, e a sua posterior transformação no Cosiplan, no âmbito da UNASUL, em 2009. Dentre os 12 eixos que compõem sua carteira de projetos, sublinha-se o papel do Eixo Capricórnio (CAP) como responsável por grande parte das obras que tem como objetivo interligar os dois oceanos. Nessa perspectiva, a Zona de Integração do Centro Oeste da América do Sul (Zicosur) resgatou, recentemente, a discussão sobre a importância dos caminhos bioceânicos entre os seus integrantes (Brasil, Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai). Em 2012, realizou um trabalho de identificação de 218 projetos de infraestrutura prioritários para os corredores que atualmente estão presentes em grande escala no Eixo CAP.

O Eixo CAP estende-se por 2,38 milhões de km² desde a costa norte do Chile (9%), atravessando o sul boliviano (6%), o norte argentino (36%), o Paraguai (15%) e, por fim, a região sul brasileira até atingir o Oceano Atlântico (34%). Diferente dos outros eixos bioceânicos, possui um alcance espacial com maior possibilidade de Integração Econômica por apresentar setores produtivos diferentes, entre regiões industrializadas, agrícolas e minerais, características combinadas com vias parcialmente já consolidadas de ferrovias e rodovias. Somente na carteira desenhada pela IIRSA, o eixo conta com 74 projetos de transporte, com aporte de 14,8 bilhões de dólares, destinados aos subsetores: rodoviário (42), ferroviário (14) e fluvial (3). Os três restantes são de integração energética, com valores estimados em US$ 1,5 bilhão.

Nessa faixa territorial, destacam-se as obras de reabilitação da Ferrovia Manuel Belgrano, no norte argentino, e a construção da última conexão ferroviária faltante, no norte chileno, para consolidar o corredor. A linha entre Salta e o porto de Antofagasta terá 906 km. Ainda vale sublinhar que Salta, bem como Tucumán, já está comunicada com os portos argentinos de Rosário e Buenos Aires, com as cidades de La Paz e Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, e com o Brasil até o porto de Santos com a mesma bitola.

Recentemente, houve um avanço considerável do investimento chinês nas obras que já estão em estágio de pré-execução no norte argentino. Esse movimento está relacionado com a busca por novas rotas por parte da China, com o intuito de fortalecer os laços econômicos com o mundo e a América Latina e ampliar seus mecanismos de financiamento de longo prazo.

Em relação ao Corredor bioceânico rodoviário, conectará Antofagasta, Iquique, Mejillones e Tocopilla aos portos atlânticos de Santos e Paranaguá, atravessando o chamado Gran Chaco Americano, passando pelos estados brasileiros do Paraná e do Mato Grosso do Sul. As obras realizadas no âmbito da IIRSA são: i) Autopista Antofagasta; ii) Acesso ao Paso de Jama (já concluídas); iii) Pavimentação do Tramo Centinela – Mariscal Estigarribia – Pozo Hondo – Misión La Paz; iv) Pavimentação Tartagal – Misión La Paz – Pozo Hondo; v) Autopista Loa (em execução).

Dessa forma, a conclusão de ambos os corredores bioceânicos articulados com a Hidrovia Paraguai-Paraná será capaz de oferecer soluções multimodais que operam no sentido de articular tanto a integração econômica regional, como amenizar as dificuldades logísticas no comércio com a Ásia.

*** Discente de Economia-UNILA. Pesquisadora do OBIESUR.**

LA ESPADA

REVISTA LA ESPADA - NÚMERO 25 - AGOSTO 2020
OBSERVATÓRIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA DO SUL - OBIESUR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA - PPG-ICAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA